

TRE pede informações ao PMN

A presidente do TRE, Maria Thereza Braga, enviou ontem à Secretaria do Tribunal pedido de informações sobre o processo do PMN contra o diretor geral do órgão, Vicente Francimar de Oliveira. De posse destas informações ela decidirá se cabe ou não a formação de processo. E, em caso afirmativo, entregará o processo a um juiz relator.

Na segunda-feira, o PMN entrou com denúncia junto ao TRE pedindo o "afastamento imediato" do diretor-geral do tribunal. No documento o partido afirma que Vicente Francimar de Oliveira cometeu irregularidade administrativa, ao contratar funcionárias ligadas a candidatos políticos, o que é proibido por lei. É ressalta que o diretor não tem sido imparcial em sua atuação.

Fiscalização

O juiz coordenador da Fiscalização da Propaganda Eleitoral no DF, Carlos Augusto Machado Faria, encaminhou ontem, ao

superintendente da Polícia Federal, José Armando Costa, ofício solicitando que sejam efetuadas as necessárias diligências em relação às denúncias feitas pelo padre João Bonetto. Segundo o representante da Paróquia de São Paulo Apóstolo, do Guará II, aos sábados e domingos o estacionamento da Igreja, "impropriamente denominado Praça do Zebrinha", está sendo ocupado para encontros políticos, inclusive, nos horários dos cultos.

O juiz da fiscalização orientou à delegacia de Polícia Federal para que se os infratores forem flagrados sejam presos e indiciados em inquérito policial. As denúncias, acrescenta, "configuram, em tese, crime eleitoral de acordo com os artigos 16 e 43 da resolução nº 12.924, e 322 do Código Eleitoral". Para este tipo de infração a legislação prevê pena de até um mês de detenção ou pagamento de 60 a 90 dias-multa.